



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 2/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de extintores de incêndio.

2 - OBJETO

2.1 - O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **07 extintores de incêndio nas especificações de 04 vasilhames de Extintor portátil PQS/40B1e 20 ou 3 de 12kg, 01 Extintor sobre rodas PQS/80B de 20 ou 30kg, 01 Extintor portátil Espuma mecânica 10B de 10 lts, 01 Extintor sobre rodas Espuma mecânica (40B) 50 lts**, para entrega imediata estimada para 05/10/2020 (segunda-feira), a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição sem troca de recipiente cheio por recipiente vazio.

A estimativa de número de vasilhames foi apurada conforme indicação da Tabela 2 da IT-25 do CBM-RO, que se apresentam como necessárias e mínimas para atender a demanda.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - DA NECESSIDADE – A utilização de extintores de incêndio é necessária para reforçar os requisitos de segurança de combate a incêndio nas instalações da Justiça Eleitoral em Porto Velho, para recepcionar e armazenar temporariamente (em torno de 04 dias) material inflamável distribuído pelo TSE.

A possibilidade de locação foi considerada devida a escassez dos extintores de incêndio na versão sobre rodas no mercado local. Entretanto, as duas empresas que atenderam à cotação de preços realizada possuem à pronta entrega as referidas versões sobre rodas, motivo pelo qual optou-se pela aquisição dos vasilhames de forma a dar maior flexibilidade à SEALM para realizar a separação dos materiais a serem remetidos aos Cartórios Eleitorais, bem como resguardar este Regional da medida preventiva indicada em norma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Técnica pelo CBM-RO para a oportunidade vindoura de aquisição complementar de álcool (nas versões gel e líquido) para atendimento das Eleições 2020.

A última contratação vigente para recarga e manutenção de extintores de incêndio gerou a ARP nr 01/2020 bem como nos vasilhames recém recarregados deste Regional, objeto da contratação vigente com a empresa contratada **ZANELLA E LAUTHARTH COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES**, inscrita no CNPJ sob o nº. **31.550.257/0001-40**, com vigência de 12 meses, de 24/03/2020 a 23/03/2021, conforme processo sei nr. 0001882-71.2019.6.22.8000 evento 0516790 – não disponibiliza vasilhames com as especificações recomendadas pela orientação técnica IT-25 CBM-RO.

3.2 - DA QUANTIDADE – A quantidade de 07 extintores de incêndio nas especificações de 04 vasilhames de Extintor portátil PQS/40B1e 20 ou 3 de 12kg, 01 Extintor sobre rodas PQS/80B de 20 ou 30kg, 01 Extintor portátil Espuma mecânica 10B de 10 lts, 01 Extintor sobre rodas Espuma mecânica (40B) 50 lts, foi apurada com base na estimativa do número de vasilhames em relação ao volume de material inflamável a ser contido, conforme indicação da Tabela 2 da IT-25 do CBM-RO, que se apresentam como necessárias e mínimas para atender a demanda.

3.3. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.3.1 - A aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- VALORES: Transparência, Celeridade, Eficácia, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida do Servidor.
- PROCESSOS INTERNOS: Celeridade e produtividade na prestação e Jurisdicional.
- PESSOAS E RECURSOS: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Fortalecimento da Governança.

3.3.2 - A contratação pretendida não foi prevista no Plano Anual de Contratações 2020, em face do pioneirismo da operação organizada pelo TSE – no decorrer do exercício corrente – como medida preventiva e sanitária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

excepcional para resguardar a saúde pública de todos os colaboradores que atuarão nas Eleições Municipais de 2020.

4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1 - O objeto a ser contratado é fornecido por empresas especializadas, que atuam sob registro próprio do INMETRO para comercialização e manuseio do referido produto, devendo atender preliminarmente critérios de sustentabilidade específicos do tipo de carga (PQS e espuma mecânica).

4.2 De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

4.3 No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. As exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto. Em suma, o coletivo deste Regional não concluiu a mensuração do objeto desta contratação.

4.4 De igual forma, o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

4.5 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 (Alterada pela Resolução nº 340, de 2003), é vedada a utilização, na execução do objeto deste Projeto Básico, de qualquer das substâncias que promovam a destruição da camada de ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

4.6 A empresa selecionada deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos de sustentabilidade ambiental, juntamente com a proposta, conforme modelo do **ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS**

5 – DO MÉTODO DE ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

5.1 - A Contratada fará a entrega dos extintores de incêndio cheios no endereço da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, a partir do recebimento de requisição emitida pela Coordenadoria de Serviços Gerais COSEG, na qual deve constar a data de expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e horário do recebimento do material por parte da Contratada, assinatura da titular da COSEG ou do titular da Seção de Almoxarifado SEALM e assinatura do representante da Contratada.

5.2 - A entrega deverá ser feita no prazo máximo 04 (quatro) horas, contadas a partir do recebimento da requisição emitida pela COSEG.

5.3 - No momento do recebimento dos vasilhames de extintores devidamente carregados, não haverá entrega de vasilhames vazios.

6 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 - Os extintores com carga de gás deverão ser entregues, novos e em bom estado de conservação, limpos, sem amassadura ou sinais de alças e rodapés tortos, ausência de ferrugem, corrosões e com o lacre inviolado.

6.2 - Os extintores terão seu recebimento efetivado no ato da entrega, em conformidade com a Requisição emitida pela COSEG.

6.3 - No caso de não aceitação do objeto, este Tribunal emitirá uma nova Requisição do objeto deste Projeto Básico, verificando as condições específicas do Item 10.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7 - DO VALOR E DO PRAZO

7.1 - O valor da aquisição é de **R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)**. Tal valor corresponde ao menor valor das propostas obtidas por meio da Cotações de Preços n. 001/2020 [0599065](#), realizada no mercado local, demonstrado no quadro abaixo:

EMPRESA	COTAÇÃO DE PREÇOS (evento)	REGULA RIDADE FISCAL (evento)	PREÇO TOTAL
Global Comércio Varejisa e Serviços em Recargas de Extintores EIRELI	0599161	0599161	R\$ 4.550,00
Zanella e Lautharth Comércio e Manutenção de Extintores Ltda	0599160	0599160	R\$ 6.270,00

7.2 - Com se verifica, a empresa Global Comércio Varejisa e Serviços em Recargas de Extintores EIRELI sagrou-se vencedora, apresentando a melhor proposta.

7.3 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)

Assim sendo, pelo valor total da aquisição/locação e considerando o disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se, s.m.j, que a contratação pretendida pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do teto legal. Além disso, apesar de haver apenas 02 (duas) cotações válidas, verifica-se que não houve acolhimento do chamamento à participação das cotações por parte das demais empresas - evento [0599162](#), com documentos comprobatórios da regularidade fiscal das empresas. Considerando a urgência que a medida preventiva requer foi dado continuidade à finalização do Projeto Básico para possibilitar a apreciação tempestiva do mesmo.

7.4 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nome da empresa: Global Comércio Varejisa e Serviços em Recargas de Extintores EIRELI

CNPJ: 22.871.544/0001-61

Contatos:

Telefone: 69 3221-6868

E-mail: capitalextingtores@hotmail.com

Representante: DAGMAR CESAR VIEIRA

RG 11493690 SSP/MT

Dados bancários: Banco Sicoob 756, Agência 3315, Conta 603.937-5

8 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

8.1 - O fornecimento do material especificado no presente Projeto Básico não foi previsto no planejamento orçamentário desta Unidade para o corrente exercício, contudo a aquisição/locação pleiteada será custeada pelo Orçamento Ordinário do exercício de 2020, conforme quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Outros Materiais Permanentes e Equipamentos
PLANO INTERNO:	INV PERMAN
VALOR 2020	R\$ 4.550,00

9 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

9.1 - As empresas que participarem da cotação de preços devem apresentar sua proposta comercial preenchidas adequadamente e nos moldes do modelo da **Cotações de Preços n. 001/2020 COSEG** (evento [0599065](#)) enviada a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

todas, bem como deverão possuir documentação APTA no que se refere à regularidade fiscal, quais sejam:

- Certidão Negativa da Receita Federal
- Certidão Negativa do FGTS
- Certidão Negativa da Justiça do Trabalho
- Certidão Negativa do Conselho Nacional de Justiça
- Certificado de Credenciamento junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Na apresentação da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do objeto a ser contratado.

10 - REQUISITO DE VALIDADE DA PROPOSTA

10.1 - Validade: 60 (sessenta) dias.

10.2 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da Cotação de Preços/Contrato.

11 – DA CARTA-CONTRATO, DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO PAGAMENTO

11.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

11.1.1. O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

11.1.2. Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

11.1.3. A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

11.1.4. A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

11.1.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

11.1.6. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

11.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.2.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Emitir a requisição de extintores, na qual deve constar a data da expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e o horário de recebimento por parte da Contratada;
- b) Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar a requisição que contiver rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;
- c) Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

d) Cumprir e fazer cumprir todos os prazo e condições estabelecidos neste instrumento;

e) Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho, observando as normas de segurança existentes.

f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado.

g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

11.2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Realizar o fornecimento do material objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos.

b) Fazer a entrega do objeto deste instrumento nas quantidades solicitadas e no endereço constante desse instrumento, no prazo de 04 (quatro) horas, contados a partir do recebimento da requisição.

c) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

d) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.

e) Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual.

f) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e a Justiça do Trabalho.

g) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ.

h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

11.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.3.1 - SANÇÕES MORATÓRIAS: Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura da carta- contrato, sujeita a contratada à multa moratória incidente sobre o valor da carta contrato, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I - atrasos na entrega do objeto:

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 02 (duas) horas, multa de 0,5%.
2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 02 (duas) horas, multa de 1,0%.
3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 02 (duas) horas, multa de 2,0%.
4. quarto atraso de até 02 (duas) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.
3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.
4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidade pertinentes à inexecução.

11.3.2 - SANÇÕES PUNITIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

III - suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

11.3.3 - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A contratada tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A contratada tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

11.3.4 A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

11.3.5 -A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.3.6 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.3.7 - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das demais sanções previstas na Carta-Contrato contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

11.3.8- O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

11.3.9 - A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.3.10 - Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

11.3.11 - As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.3.12 - O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11.4. DO PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.4.1 - O pagamento será efetuado em parcela única, após a apresentação da Nota Fiscal de fornecimento do material, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal na sede do Tribunal Regional Eleitoral, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das respectivas requisições.

11.4.2 - Serão desconsiderados e, conseqüentemente, não pagos, valores relativos às requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com as informações incompletas.

11.4.3 - No procedimento de conferência da Nota Fiscal para envio para pagamento será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada. Caso haja alguma pendência, o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

11.4.5 - Nenhum pagamento será feito à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos.

11.4.6 - No caso de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da fórmula a seguir, sendo que a aludida compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização do Contrato serão exercidas pela titula da Coordenadoria de Serviços Gerais COSEG e pelo seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio do Chefe da Seção de Almoxarifado.

13.0 – DOS ANEXOS

Constituem anexo do presente instrumento:

Anexo I – Resumo da Cotação de Preços nº 01/2020 COSEG -
Evento [0599065](#);

Anexo II – Modelo de declaração de atendimento aos critérios ambientais -
Evento [0599070](#).



Documento assinado eletronicamente por **IRLÊDA MARIA SOARES DA SILVA, Coordenador(a)**, em 04/10/2020, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002947-67.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA -
TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise – Dispensa de Licitação – aquisição de extintores de incêndio.

PARECER JURÍDICO Nº 209 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenaria de Serviços Gerais - COSEG ([0596159](#)), objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio próprios para a utilização no recebimento, descarga de álcool em gel e álcool líquido (material inflamável) e armazenamento temporário no estacionamento do TRE-RO, distribuído transferido pelo TSE para utilização como medida de prevenção ao COVID-19 nas eleições municipais de 2020 ([0596159](#)).

02. Constan os seguintes documentos juntados aos autos:

- Documento de formalização da demanda, evento [0598767](#);
- Estudo Técnico Preliminar – ETP, evento [0598769](#);
- Cotação de Preços via e-mail, eventos [0599099](#) e [0599154](#);
- Cotação de preços da empresa ZANELLA E LAUTHARTH COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES LTDA – CNPJ n. 31.550.257/0001-40, evento [0599160](#) e,
- Cotação de Preços da empresa GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61, evento [0599161](#).

03. A unidade demandante e solicitante da contratação (COSEG), em relação à cotação de preços junto a empresas no mercado local, apresentou a Informação 120 ([0599162](#)), nos termos seguinte:

Auto inaugurado para fins de contratação de extintores de incêndio conforme Minuta de Projeto Básico [0598770](#).

Para tanto, foi elaborado formulário específico e encaminhado ao mercado local por e-mail (0599099), sendo reiterado uma vez em decorrência da urgência (0599154).

Após vários telefonemas, apenas as empresas ZANELA E LAUTHARTH COM. E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES LTDA-ME (EVENTO) e CAPITAL EXTINTORES (EVENTO) participaram da cotação de preços, apresentando os formulários preenchidos e acompanhados das certidões e registro INMETRO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As empresas EXTINSUL RONDÔNIA, EMOPS e EXTINSERVE EXTINTORES não responderam e-mail e à reiteração, mas informaram por telefone o desinteresse por indisponibilidade parcial dos itens.

A cotação de preços obteve o seguinte resultado:

				Empresa ZANELLA E LAUTHARTH		Empresa GLOBAL EXTINTORES	
Item	Objeto		Qtde	Aquisição - Valor Unitário Vasilhame	Valor Total de Aquisição	Aquisição - Valor Unitário vasilhame	Valor Total de Aquisição
1	Extintor portátil	PQS (40B) 12kg	4	230,00	920,00	250,00	1.000,00
2	Extintor sobre Rodas	PQS (80B) 20 ou 30kg	1	950,00	950,00	800,00	800,00
3	Extintor portátil	Espuma mecânica (10B) 10 lts	1	300,00	300,00	250,00	250,00
4	Extintor sobre Rodas	Espuma mecânica (40B) 50lts	1	4.100,00	4.100,00	2.500,00	2.500,00
	TOTAL GERAL		7		6.270,00		4.550,00

Considerando os valores apresentados, a empresa Global Extintores apresenta a proposta mais vantajosa. Sem mais.

04. O Projeto Básico N° 2/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0599164](#)) contém a descrição do objeto e seus complementos, a justificativa dos serviços, conformidade com o planejamento estratégico e critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação baseado na cotação de preços, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, do contrato, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

05. Veio aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 4.550,00** (quatro mil e quinhentos e cinquenta reais), com as informações do Pré-empenho n° 2020PE000340 e de que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0599795](#)).*

06. A COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3° da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico n° 2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0599887](#)), atentando que o referido instrumento, complementado pela Cotação de Preços ([0524298](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO e, diante da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa mencionada, manifestou-se pela adjudicação do objeto, caso a autoridade superior aprove o PB, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico n. 127/2020 ([0599887](#)).

07. Os autos foram instruídos com o aceite da empresa vencedora do certame (06000814), e com suas certidões de regularidade fiscal ([0600905](#) e [0600908](#)).

08. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica (Remessa nº 390 /2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP–[0599987](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar do procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

11. Esclarece-se que a porcentagem mencionada corresponde a **R\$ 17.600,00**(dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que estabelece o valor de **R\$ 176.000,00**(cento e setenta e seis mil reais).

12. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 4.550,00** (quatro mil e quinhentos e cinquenta reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0599164](#)) e na Cotação de Preço realizada. Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Ademais, a **Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020**, ainda em vigor (prorrogada pelo presidente da mesa do Congresso Nacional por mais 60 dias), adequa - durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de março de 2020 - os limites de dispensa de licitação, estabelecendo no seu art. 1º, I, “b”, em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para outros serviços e compras e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

14. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto.

15. Em relação a esse tema a COSEG informou no item 3.1 do PB o seguinte: *A última contratação vigente para recarga e manutenção de extintores de incêndio gerou a ARP n. 01/2020 bem como nos vasilhames recém recarregados deste Regional, objeto da contratação vigente com a empresa contratada **ZANELLA E LAUTHARTH COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES**, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.550.257/0001-40, com vigência de 12 meses, de 24/03/2020 a 23/03/2021, conforme processo SEI n. 0001882-71.2019.6.22.8000, evento 0516790 – não disponibiliza vasilhames com as especificações recomendadas pela orientação técnica IT-25 CBM-RO.*

16. Dessa forma, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

17. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

18. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

19. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

20. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão n.º 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

21. No caso em análise, foram obtidas no mercado local 02 (duas) cotação de preços válidas - ofertada por empresas aptas a contratar com o setor público. Conforme devidamente comprovado nos autos e apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter o mínimo de três cotações válidas. A unidade COSEG tratou de justificar tal situação na Informação 120 ([0599162](#)) – reproduzida no item 03 desse opinativo.

22. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61, no valor de **R\$ 4.550,00** (quatro mil e quinhentos e cinquenta reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

23. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

24. No caso ventilado, a empresa cotada apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0599161](#), [0600905](#) e [0600908](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

25. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

26. De outro lado, o Projeto Básico ([0599181](#)), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.

27. Com relação ao instrumento de contrato, conforme item 11.1.1, esse foi substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA CONCLUSÃO

28. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993; e

b) pela apresentação do projeto básico juntado à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

29. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 07/10/2020, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002947-67.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio – dispensa de licitação.

DESPACHO Nº 1645 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenaria de Serviços Gerais - COSEG, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio próprios para a utilização no recebimento, descarga de álcool em gel e álcool líquido (material inflamável) e armazenamento temporário no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estacionamento do TRE-RO, distribuído pelo TSE para utilização, como medida de prevenção à COVID-19, nas eleições municipais de 2020, conforme Termo de Abertura ([0596159](#)) e especificações constantes no Projeto Básico nº 2/2020 – COSEG ([0599164](#)).

Consta Documento de formalização da demanda (evento [0598767](#)) e, em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0598769](#)).

Carreou-se aos autos, também, cotações de preços praticados no mercado local, com as propostas apresentadas pelas empresas ZANELLA E LAUTHARTH COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES LTDA – CNPJ n. 31.550.257/0001-40 ([0599160](#)) e GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61 ([0599161](#)). As empresas EXTINSUL RONDÔNIA, EMOPS e EXTINSERVE EXTINTORES não responderam o e-mail e à reiteração, mas informaram por telefone o desinteresse por indisponibilidade parcial dos itens (Informação 120 - [0599162](#)).

O Projeto Básico nº 2/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0599164](#)), dimensionou o valor total da contratação em R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais), descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da aquisição, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A COMAP concluiu pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa Global Comércio Varejista e Serviços em Recargas de Extintores EIRELI (evento [0599161](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93 e manifestou-se pela adjudicação do objeto à proponente ([0599887](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0599795](#)) no valor de R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000340. Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico n. 209/2020 ([0601832](#)), opinou pela possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993 da empresa **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61**; pela aprovação do Projeto Básico n. 2/2020-COSEG ([0599164](#)), bem como pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho para regular a relação contratual, na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da despesa ante o reconhecimento da situação de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei n. 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico n. 2/2020 ([0599164](#)); pela **contratação direta** da empresa **Global Comércio Varejista e Serviços em Recargas de Extintores Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n. 22.871.544/0001-61, por dispensa de licitação, com **emissão de Nota de Empenho** no valor de **R\$ 4.550,00** (quatro mil e quinhentos e cinquenta reais), desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#); e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0567537](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista a necessidade de utilização de extintores de incêndio para reforçar os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

requisitos de segurança de combate à incêndio nas instalações da Justiça Eleitoral em Porto Velho, para recepcionar e armazenar temporariamente (em torno de 04 dias) material inflamável distribuído pelo TSE.

A possibilidade de locação foi considerada devida à escassez dos extintores de incêndio na versão sobre rodas no mercado local. Entretanto, as duas empresas que atenderam à cotação de preços realizada possuem à pronta entrega as referidas versões sobre rodas, motivo pelo qual optou-se pela aquisição dos vasilhames de forma a dar maior flexibilidade à SEALM para realizar a separação dos materiais a serem remetidos aos Cartórios Eleitorais, bem como resguardar este Regional da medida preventiva indicada em norma Técnica pelo CBM-RO para a oportunidade vindoura de aquisição complementar de álcool (nas versões gel e líquido) para atendimento das Eleições 2020, conforme item 3 do Projeto Básico n. 2/2020 ([0599164](#)).

Ademais, conforme se verifica da Informação 120 ([0599162](#)), não foram obtidas o mínimo de três cotações válidas, em razão do completo desinteresse do mercado. a COSEG destacou que as empresas EXTINSUL RONDÔNIA, EMOPS e EXTINSERVE EXTINTORES não responderam o e-mail encaminhado, assim como a reiteração, contudo informaram, por telefone, seu desinteresse por indisponibilidade parcial dos itens.

Verifica-se, que não há fracionamento irregular do objeto, em razão da informação constante do item 3.1 do Projeto Básico, que noticia:

A última contratação vigente para recarga e manutenção de extintores de incêndio gerou a ARP n. 01/2020 bem como nos vasilhames recém recarregados deste Regional, objeto da contratação vigente com a empresa contratada ZANELLA E LAUTHARTH COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.550.257/0001-40, com vigência de 12 meses, de 24/03/2020 a 23/03/2021, conforme processo SEI n. 0001882-71.2019.6.22.8000, evento 0516790 – não disponibiliza vasilhames com as especificações recomendadas pela orientação técnica IT-25 CBM-RO.

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61** ([0599161](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a aquisição em comento, no valor de **R\$ 4.550,00** (quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).

Ressalta-se, que a empresa vencedora apresentou o aceite ao Projeto Básico n. 2/2020 e as certidões de regularidade fiscal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0599161](#), [0600905](#) e [0600908](#)), de forma que está apta a contratar com o setor público.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1 - aprova o e Estudo Preliminar ([0598769](#)) e o Projeto Básico n. 2/2020-

PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0599164](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

2 - Autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no [art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93](#);

3 - Adjudica o objeto à empresa GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES EIRELI – CNPJ n. 22.871.544/0001-61, por ter apresentado o menor preço e, autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da referida empresa, no valor de **R\$ 4.550,00** (quatro mil quinhentos e cinquenta reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa; e

4 - Determina a publicação da dispensa apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se abaixo dos patamares da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#); e

5 - Por fim, registra que o formulário de pesquisa de preços difere do formulário utilizado para cotação de preços. Assim, deve ser observado o formulário correto nos próximos processos de dispensa de licitação.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 08/10/2020, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos